

## 5 - Representante do Conselho Tutelar:

Titular - Angelina Matoso Colman

Suplente - Arlene Aparecida Lima Rodrigues

## 6 - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular - Professora Lucimar Tavares Gregol

Suplente - Professora Dulce Silveira Manosso

## 7 - Representante de instituição de ensino específica para educação especial:

Titular - Adriana Mara Pombalino Pache

Suplente - Anne Sylvie Gil de Vlhalba

## 8 - Representante do sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Ponta Porã:

Titular - Professora Vitória Elfrida Antunes

Suplente - Professor Edivaldo Vieira

## 9 - Representantes dos pais de alunos da rede municipal de ensino:

Titular - Andreia Saucedo

Suplente - Lucimara Fernandes Veron Rodrigues

Titular - Maria Anadir Carvalho Halsback

Suplente - Priscila Urbano

## 10 - Representantes dos alunos da rede municipal de ensino:

Titular - Maria Apolonia Barbosa da Silva

Suplente - Sirlene Martins

Titular - Wanderley Moraes

Suplente - Elisangela Santiago Benites

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ponta Porã-MS, 08 de outubro de 2014.

**Ludimar Godoy Novais**  
**Prefeito Municipal**

## Leis

### LEI Nº. 4.046, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

*Altera a Lei Municipal n. 3525, de 04 de maio de 2007, que “Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho FUNDEB”*

**Autor:** Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** - O Artigo 3º da Lei Municipal n. 3525, de 04 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação será constituído de 11 (onze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

I – 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação;

II – 01 (um) representante dos professores da Educação Básica da rede pública municipal;

III – 01 (um) representante dos diretores das Escolas Básicas da rede pública municipal;

IV – 01 (um) representante dos servidores técnicos administrativos das Escolas Básicas da rede pública municipal;

V – 02 (dois) representantes de pais de alunos da Educação Básica da rede pública municipal

VI – 02 (dois) representantes de estudantes da Educação Básica da rede pública municipal;

VII – 01 (um) representante do Conselho Tutelar;

VIII – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação.

§1º - Os membros de que tratam os incisos II, IV, V e VI deste artigo, serão indicados pelas respectivas representações após a realização de processo seletivo organizado para a escolha dos indicados pelos respectivos pares:

a) A UPER – União Pontaporanense de Estudantes de Ponta Porã - MS e Região, os dos incisos VI e;

b) Uma Assembléia Geral das Associações de Pais e Mestres das Escolas Públicas Municipais, para os do inciso V.

§2º - São impedidos de integrar o Conselho FUNDEB:

- I – Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;
- II – Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;
- III – estudantes que não sejam emancipados e;
- IV – pais de alunos que:

- a) Exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal ou;
- b) Prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipais.

§3º - A indicação referida no artigo 1º, caput, deverá ocorrer em até 20 (vinte dias) antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, para nomeação dos conselheiros.

§4º - Os conselheiros de que trata o caput deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo seletivo previsto no §1º.

**Art. 2º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 21 de outubro de 2014.

**Ludimar Godoy Novais**  
**Prefeito Municipal**

**LEI Nº. 4.047, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.**

*“Dispõe sobre a doação de bem imóvel de propriedade do Município de Ponta Porã-MS e dá outras providências.”*

**Autor:** Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a doar o imóveis urbanos de sua propriedade, determinados pelos Lotes 22 e 23, da Quadra 38, do Bairro Residencial Ponta Porã II, medindo 10,00 x 20,00, com área total de 200,00m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) cada, identificados pelas matrículas n. 38.359 e 38.358 à Igreja Hebrom.

**Art. 2º.** A área a ser doada pelo Município de Ponta Porã à Igreja Hebrom, destinar-se-á a construção do templo religioso da própria entidade.

**Art. 3º.** Para viabilizar a doação, o imóvel de propriedade do Município de Ponta Porã fica desafetado de sua destinação original.

**Art. 4º.** Deverá constar, obrigatoriamente, na escritura pública e no Registro Imobiliário que a doação é efetivada observando as seguintes condições:

I – A entidade donatária fica obrigada a destinar a área objeto da presente doação exclusivamente para execução da atividade constante no artigo 2º desta Lei.

II – O imóvel objeto desta doação não poderá, em qualquer hipótese, ser alienado ou dado em garantia a qualquer título, ficando gravado com cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

**Parágrafo único** – O descumprimento de qualquer obrigação relacionada na presente implicará na reversão da doação sem direito de qualquer indenização ao donatário, seja a que título for.

**Art. 5º.** Eventuais despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento em vigor.

**Parágrafo único.** As despesas decorrentes da transmissão correrão por conta da entidade donatária.

**Art. 6º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã, 22 de outubro de 2014.

**Ludimar Godoy Novais**  
**Prefeito Municipal**